

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

José Luiz Freitas Silva

Exmo. Sr. Conselheiro Presidente da 2ª Câmara do TCE-MG.

Processo nº 1.092.343

Chave de Acesso: 6754733789

Natureza: Representação

Representante: Maxuel Bonfim Torres

Jurisdicionado: Município de Jordânia

Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão

MARQUES-UEL MEIRA DE OLIVEIRA, prefeito municipal de Jordânia-MG, e **THAÍSE COSTA SANTOS**, Secretária Municipal de Educação, já devidamente qualificados nos autos da Representação oferecida pelo Vereador Maxuel Bonfim Torres, processo em epígrafe, vêm perante Vossa Excelência apresentar suas alegações, nos seguintes termos:

1 - Trata-se de Representação oferecida pelo Senhor Maxuel Bonfim Torres, alegando diversas irregularidades na realização dos processos seletivos realizados pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Jordânia, tendo como objeto o preenchimento de **vagas temporárias** e formação de cadastro de reserva para o quadro de pessoal da educação do Município de Jordânia, através dos Editais de nº 001 e 002/2020.

2 - Alega o representante que o processo seletivo foi feito “*por simples análise de documentos, por comissão com integrantes parciais, selecionando, ao bel prazer, aliados políticos, para as vagas públicas disponíveis, divorciado de qualquer legalidade...*”. Diz ainda “*... que o certame realizado feriu o princípio da eficiência, utilizando sistema que contrata o menos qualificado, e que a publicação dos editais ocorreram em pleno período de feriado*”.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

José Luiz Freitas Silva

de carnaval, de maneira direcionada, pois diante do feriado prolongado, seria impossível os candidatos encontrar repartição pública aberta para requerer documentos necessários para concorrer de forma igualitária no certame, condicionando a esmagadora dos candidatos ao empate, ocorrendo, propositalmente, tal desempate através de sorteio, de maneira obscura.

Finaliza dizendo que “... tal ato simulado, deixou de obedecer a legislação municipal que prioriza os servidores efetivos do município de terem preferências em eventual vaga para dobra de turno”.

3. A representação oferecida pelo vereador, bem como a documentação a ela acostada, foram analisadas pela **equipe técnica** desse Tribunal, emitindo parecer nos seguintes termos:

- “a escolha do período das inscrições e o prazo de sua permanência se mostram infausto e incompatíveis com os princípios da administração pública, em especial o da publicidade e eficiência;*
- ... não se verificou irregularidade na criação da comissão do concurso, sendo o sorteio uma forma idônea de desempate adotado em editais. Porém o mesmo deve ser público e realizado de forma a permitir àqueles candidatos empatados, querendo, possam participar do evento;*
- A preferência por servidores efetivos, dada pela legislação municipal, que prioriza os servidores efetivos do município de terem preferência em eventual vaga para dobra de turno, não se mostra compatível com os valores constitucionais, impessoalidade e, portanto, não deve ser critério de preferência em processos seletivos;*
- Acrescente-se que o inciso VIII do subitem 3.1 “tempo de serviço na instituição”, requisito para participação dos certames (editais nº 001/2020 e 002/2020), atenta contra os pressupostos constitucionais da impessoalidade e eficiência restringindo a participação de candidatos que, apesar de não terem experiência profissional na instituição, são tão qualificados quanto aos demais...”.*

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

José Luiz Freitas Silva

Concluiu a equipe técnica que a representação procede, em face da impropriedade da data e tempo de duração dos processos seletivos, sugerindo a responsabilização do gestor e que o mesmo abstenha de realizar novas contratações com base nos processos seletivos de editais 001/2020 e 002/2020, e que promova processos seletivos com ampla publicidade e tempo hábil para os candidatos providenciarem a documentação.

Em síntese, é o que contêm os presentes autos.

DA REPRESENTAÇÃO E A VERDADE DOS FATOS.

Extraí-se dos presentes autos que a representação oferecida pelo vereador Maxuel Torres Bonfim teve como base inicial uma “carta”, subscrita por 07 pessoas sem comprovação de identidade, que se denominam “*os abaixo assinados*”, denunciando possíveis irregularidades nos processos seletivos 001/2020 e 002/2020, realizados pelo município de Jordânia.

Afirma o vereador em sua representação que a Comissão foi composta por integrantes parciais, os quais teriam selecionado aliados políticos para as vagas públicas disponíveis, de forma absolutamente ilegal.

Convém destacar, em primeiro lugar, que os editais 001/2020 e 002/2020 foram devidamente publicados e contra os mesmos não houve qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, antes, durante ou depois do procedimento, razão pela qual, até o recebimento do mandado de citação neste processo, os representados desconheciam qualquer divergência quanto ao resultado final da seleção dos candidatados, em razão da ausência de impugnação dos editais e dos resultados.

Relativamente à Comissão do certame, o representante faz acusações infundadas, desprovidas que qualquer prova, haja vista não ter

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

José Luiz Freitas Silva

trazido aos autos qualquer fato que desabone a idoneidade e a imparcialidade dos membros da Comissão, formada apenas e tão somente pelo critério da capacidade, responsabilidade, conhecimento técnico e, imparcialidade, cujos componentes mantêm reputação acima de qualquer suspeita em todos os critérios de avaliação. Dizer que a seleção recaiu sobre aliados políticos, além de ferir indelevelmente a honra dos membros da Comissão, o senhor vereador faltou com a verdade, haja vista que o tal “critério político” sequer foi ventilado entre administração e membros da Comissão, em qualquer época. A seleção foi feita com base exclusivamente nos critérios contidos nos editais, que uma vez publicados, não sofreram qualquer espécie de impugnação.

Ao fazer acusações infundadas e difamatórias contra os componentes da Comissão do processo seletivo, por certo o vereador Maxuel Torres Bonfim tenha se lembrado de suas atitudes suspeitas quando ocupou a presidência da Câmara Municipal de Jordânia, cuja esposa obteve a segunda colocação em concurso realizado pelo legislativo municipal, e tendo apenas uma vaga disponível, estranhamente assumiu a referida vaga, sendo empossada, em face da desistência da primeira colocada, que não residia no município de Jordânia, sendo certo que a “misteriosa” desistência até hoje não foi devidamente esclarecida.

Relativamente ao período de inscrição, embora a equipe encarregada da análise técnica tenha esposado entendimento de que o prazo de 02 dias previsto no edital 001/2020, e de 01 dia no edital 002/2020 seja exíguo para alcançar todos os interessados em participarem do processo seletivo, as razões expostas não demonstraram qualquer ilegalidade na fixação daqueles prazos, restando apenas conjecturas e suposições de eventuais ilegalidades, sem qualquer sustentação jurídica.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

José Luiz Freitas Silva

A propósito, ao tentar justificar seu entendimento quanto à exigüidade do tempo, a equipe técnica cita manifestação da Procuradora Sara Meinberg, no Edital de Concurso Público nº 876.809, qual seja:

“(…)

Há que se ponderar que o art. 13 do Decreto estadual nº 42.899, de 2002, prevê o período de cinco dias úteis para a inscrição nos concursos estaduais. Ainda que essa norma estadual não se aplique ao caso concreto, em razão da autonomia dos entes federados, ela serve de parâmetro de razoabilidade.”

Pois bem, em simples leitura do texto acima, é de fácil percepção que a douta Procuradora fala em “parâmetro de razoabilidade”, e não em obrigatoriedade do ente federado em seguir aquele prazo indicado como parâmetro, pois ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Essa é a máxima que deve nortear o gestor público, qual seja, o princípio da legalidade.

Embora os representados admitam que os prazos de inscrições estabelecidos nos Editais tenham sido exíguos, não houve nenhuma intenção em ajudar ou prejudicar quem quer que seja, muito menos a “correligionários políticos”, como quis fazer crer o representante, haja vista que foram classificados os mais qualificados, em obediência aos requisitos contidos nos Editais, inclusive aqueles declaradamente opositores à administração municipal e correligionários do representante. Mesmo porque, **nenhum recurso foi interposto contra o resultado final do processo seletivo**, aceito por todos os concorrentes.

Questionou-se também, o dispositivo contido no inciso VIII do subitem 3.1 “Tempo de serviço na instituição”, sob o argumento de atentar contra os pressupostos constitucionais da impessoalidade e eficiência, restringindo a participação de candidatos igualmente qualificados quanto aos demais.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

José Luiz Freitas Silva

Necessário ressaltar, que não se tratou ali de Concurso Público para preenchimento de vagas na administração pública, mas sim de Processo Seletivo Simplificado, cujos critérios estabelecidos nos editais se enquadram dentro da realidade do município, assim como ocorre no Estado de Minas gerais, cujo tempo de serviço é computado como critério de classificação para contratação temporária. Ademais, se algum candidato se sentisse prejudicado em razão de tal requisito, por certo teria impugnado administrativamente o edital, interposto recurso após a publicação do resultado final ou impetrado Mandado de Segurança em tempo hábil. Entretanto nenhuma destas medidas foi tomada pelos concorrentes, não havendo em que se falar em prejuízo, muito menos em ilegalidade.

Quanto às demais questões postas pelo representante, a equipe técnica dignou-se em rechaçar qualquer resquício de ilegalidade, restando apenas esclarecer que **NÃO HOUVE SORTEIO** como critério de desempate naqueles processos seletivos nem em qualquer outro realizado pela Prefeitura Municipal de Jordânia. Portanto, qualquer afirmação da ocorrência de sorteio é inverídica e absolutamente infundada.

Isto posto, ficam impugnados e devidamente justificados todos os fatos narrados pelo representante na peça inicial, pugnando os representados pela improcedência da REPRESENTAÇÃO e a declaração de validade dos processos seletivos contidos nos editais 001/2020 e 002/2020, bem como as contratações dos classificados pelos critérios neles estabelecidos.

Pedem deferimento.

Jordânia, 23 de março de 2021.

José Luiz Freitas Silva

OAB/MG 38.427

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

José Luiz Freitas Silva

Rodolfo Luís Damasceno Freitas

OAB/MG 199.213



PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua São Francisco, 357 – 39.920-000 – CNPJ: 18.349.928/0001-41

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: **MUNICÍPIO DE JORDÂNIA**, com sede administrativa na Rua São Francisco nº 357, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.349.928/0001-41, devidamente e o **PREFEITO MUNICIPAL**, senhor **MARQUES-UEL MEIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, residente em Jordânia, portador da identidade nº MG-21.581.983 SSP/MG e do CPF nº 040.649.596-39.

OUTORGADO: **JOSÉ LUIZ FREITAS SILVA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 38.427 com escritório profissional na Rua Lero Gomes nº 384, centro, Jordânia/MG, CEP 39.920.000.

PODERES: para o foro em geral, e especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito em que se funda a ação, receber, dar quitação, efetuar pagamentos e firmar compromisso, além de poderes extrajudiciais para, perante repartições administrativas ou judiciárias onde com esta se apresentar, defender direitos e legítimos interesses em quaisquer ações, causas ou processos em que o Município seja autor ou réu, podendo referido procurador requerer e praticar todos os atos permitidos em direito e necessários ao bom e fiel cumprimento dos fins desta, especialmente para representar o Município nos autos do **processo nº: 1.092.343**, em curso no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG.

Jordânia, 22 de março de 2021.

Marques-Uel Meira de Oliveira
Prefeito Municipal

Marques Uel Meira de Oliveira
Prefeito Municipal de Jordânia
CPF: 040.649.596-39

PROCURAÇÃO


OUTORGANTE: THAÍSE COSTA SANTOS, brasileira, casada, servidora pública, portadora do RG 0886975506 SSP/BA, CPF 032.343.966-71, residente na Rua São Francisco 166, Centro, Jordânia-MG.

OUTORGADOS: JOSÉ LUIZ FREITAS SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 38.427, e-mail joseluiznil@yahoo.com.br, e **RODOLFO LUÍS DAMASCENO FREITAS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 199.213, e-mail rodolfolusfreitas@yahoo.com.br, com escritório profissional na Rua Lero Gomes nº 384, Centro, Jordânia-MG.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meu bastante procurador o outorgado, concedendo-lhe os poderes da cláusula ad judícia ET extra, para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, recibo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso**, em conformidade com a norma do art. 105, do NCPC, especialmente para apresentar defesa nos autos do processo e-TCE nº 1.092.343.

Jordânia, 23 de março de 2021.


THAÍSE COSTA SANTOS


Thaíse Costa Santos
Secretária Municipal de Educação
CPF: 032.343.966-71

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, **com reservas**, ao Dr. **Rodolfo Luís Damasceno Freitas**, inscrito na **OAB/MG sob o nº 199.213**, os poderes que me foram outorgados por MARQUES-UEL MEIRA DE OLIVEIRA, nos autos do processo e-TCE 1.092.343, em curso na 2ª Câmara.

Jordânia, 23 de março de 2021.



José Luiz Freitas silva

OAB/MG 38.427